



Carta alerta ONU para intromissão dos EUA

Documento elaborado pelo Instituto Vladimir Herzog e remetido ao secretário-geral António Guterres chama a atenção para ações do governo Trump com o objetivo de influenciar no resultado da corrida presidencial brasileira

» FERNANDA STRICKLAND

O Instituto Vladimir Herzog (IVH), encaminhou ao secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, uma carta alertando para a ingerência do governo dos Estados Unidos no processo eleitoral brasileiro de 2026. O documento, datado de 17 de setembro, afirma haver riscos de pressão sobre instituições nacionais e de eventual contestação do resultado das urnas pela Casa Branca. O relato soma-se à advertência emitida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que veio à tona sábado, de que são vários os sintomas da interferência norte-americana no pleito de outubro. A Abin, aliás, foi veemente ao chamar a atenção do Palácio do Planalto, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública para movimentações que classificou como “críticas”.

O documento elaborado pelo IVH lista decisões e tentativas do governo do presidente Donald Trump que são entendidas como a preparação da interferência na corrida presidencial brasileira. O relato destaca que mesmo dentro dos EUA tais movimentações relacionadas ao Brasil estão explícitas. “A preocupação também existe dentro dos próprios Estados Unidos. Em dezembro de 2025, Linda Sánchez e Adriano Espailat, acompanhados por outros 48 deputados democratas, enviaram carta ao presidente Trump condenando o que classificaram como ataques à democracia brasileira e o uso de instrumentos de política externa contra o país. Posteriormente, parlamentares democratas voltaram a alertar publicamente para possíveis tentativas de desacreditar as eleições brasileiras”, observa o documento do IVH.

Segundo a carta encaminhada a Guterres, são sinais de tentativa de interferir na política interna brasileira episódios como a tentativa de fazer com que “dissidentes políticos” participassem das próximas eleições — conforme rol de exigências que também foi trazido a público na semana passada — e, também, reuniões no Consulado norte-americano, em São Paulo, com influenciadores de direita brasileiros para, supostamente, debater liberdade de expressão e controle das redes sociais. Outro movimento de pressão, que está, segundo o IVH, relacionado a tentar influenciar na corrida presidencial, é a classificação das facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como terroristas — o que abre a possibilidade de os EUA realizarem ações militares em solo nacional sob o pretexto de combatê-las.

Posição central

Porém, o IVH vai mais longe. Menciona mudanças na política dos EUA para a América Latina e afirma que o Brasil ocupa posição central no cenário global em razão de seu peso econômico e político, de suas relações com a China, de recursos estratégicos e da influência no chamado Sul Global. Na avaliação apresentada ao secretário-geral da ONU, a combinação de pressão econômica, ameaça de sanções, interlocução com atores políticos brasileiros, questionamentos às instituições eleitorais e judiciais e uso de instrumentos de segurança poderiam tumultuar o ambiente eleitoral. Todo esse quadro, na visão do IVH, aumenta o temor de que, em caso de resultado contrário à expectativa daquilo que a Casa Branca sinaliza ser de seu interesse — a derrota do presidente Luiz

Ricardo Stuckert/PR



Lula e Guterres estarão juntos na ONU. Secretário-geral foi alertado da ingerência dos EUA na eleição brasileira

Inácio Lula da Silva —, haveria na sequência uma campanha que envolve alegações de fraude nas urnas e deslegitimação das instituições. Isso desembocaria em eventual não reconhecimento do resultado por parte de Washington.

“Existe um risco que precisa ser considerado seriamente: que essas ferramentas sejam utilizadas para influenciar o ambiente eleitoral brasileiro em benefício de atores politicamente alinhados à administração estadunidense e que, caso o resultado das urnas seja contrário a essa expectativa, a estratégia se desloque para uma segunda etapa — a alegação de fraude, a deslegitimação das instituições

e o eventual não reconhecimento do resultado. O não reconhecimento internacional é particularmente perigoso”, frisa o documento remetido a Guterres.

O IVH reconhece que as Nações Unidas não têm o poder de determinar ao governo norte-americano que aceite a eventual reeleição de Lula. Mas solicita que a instituição mova uma campanha no sentido de que os países reconheçam imediatamente o resultado oficialmente proclamado pela Justiça Eleitoral.

“A experiência de 2022 mostrou que o reconhecimento internacional rápido contribuiu para reduzir o espaço político das narrativas de fraude e de ruptura institucional.

Em 2026, o silêncio, a hesitação ou o questionamento coordenado do resultado por governos estrangeiros podem produzir o efeito inverso: alimentar redes de desinformação, oferecer legitimidade externa à contestação interna e prolongar artificialmente um conflito eleitoral”, salienta.

A preservação da autonomia das missões internacionais de observação eleitoral no Brasil é outro ponto abordado pelo relato do IVH a Guterres. De acordo com a carta, sete organizações internacionais acompanharão o pleito brasileiro — OEA, União Europeia, Parlamento do Mercosul, Rede dos Órgãos Jurisdicionais e de Administração



2022 mostrou que o reconhecimento internacional rápido contribuiu para reduzir o espaço das narrativas de fraude e de ruptura institucional. Em 2026, o silêncio, a hesitação ou o questionamento coordenado do resultado podem produzir o efeito inverso”

Trecho da carta do Instituto Vladimir Herzog enviada ao secretário-geral da ONU, António Guterres

Eleitoral dos Países de Língua Portuguesa, União Interamericana de Organismos Eleitorais, Liga dos Estados Árabes e Carter Center — e devem estar blindadas contra qualquer tentativa de ingerência.

Em paralelo a isso, Lula viajou ontem para Nova York, onde, amanhã, abre a Assembleia-Geral das Nações Unidas. Fontes do Palácio do Planalto asseguram que, no discurso de abertura, falará da soberania brasileira e de que nenhuma interferência em assuntos internos será aceita. Porém, à luz das advertências da Abin e do IVH, há a possibilidade de que ele faça uma taxativa defesa do processo eleitoral brasileiro.

»Entrevista | ROGÉRIO SOTTILI | DIRETOR-EXECUTIVO DO INSTITUTO VLADIMIR HERZOG

"Plano está em curso e é muito bem articulado"

Para Rogério Sottili, diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog, o plano do governo norte-americano para interferir nas eleições de outubro está em curso, e não de agora. Ele lista uma série de circunstâncias que mostram o quanto o governo de Donald Trump vem tentando interferir na política interna brasileira. E adverte: se os EUA não reconhecerem o resultado do pleito presidencial, sob qualquer alegação, a democracia brasileira estará em perigo. E o restante das nações não ficará imune a isso. Leia a seguir os principais trechos da entrevista ao **Correio**.

A interferência nas eleições brasileiras pelos EUA já está em execução?

Está em execução desde o ano passado e é muito bem articulado. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) lançou um relatório, na semana passada, em que classifica como “crítico” o nível de interferência externa norte-americana sobre o Brasil. O documento identifica tanto a propaganda, que eles chamam de

“propaganda adversa”, quanto um processo coordenado de desinformação, além de contatos com agentes de influência e de apoio político e material, possivelmente destinados a grupos de oposição.

O que confirma que essa ingerência está em marcha?

Se começarmos a identificar os fatos desde 2025, mais concretamente, vamos encontrar vários movimentos que configuram essa ingerência. Um deles é a própria estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos de considerar a América Latina uma prioridade para a disputa política. É uma manifestação importante se nós articulamos isso com a declaração, no ano passado, também do Trump, que decretou emergência nacional sobre o Brasil. Na ocasião, ele vinculou os processos judiciais envolvendo os presos — entre eles o ex-presidente Bolsonaro — à questão das eleições no Brasil, afirmando que essas prisões comprometem a realização de eleições livres. É uma ingerência total de

Divulgação/Instituto Vladimir Herzog



um outro país sobre uma questão interna. Nesta semana, também veio a público que, no ano passado, durante as negociações comerciais com o ministro (das Relações Exteriores) Mauro Vieira e com o vice-presidente (Geraldo) Alckmin, que representava o Brasil, eles condicionaram a liberação do tarifaço, entre outras questões, à soltura de presos chamando-os de “dissidentes políticos”.

Tem as desconfianças sobre as urnas eletrônicas...

Há uma prática sistemática de questionamento do processo eleitoral brasileiro feita pelos EUA, colocando em dúvida as instituições brasileiras e o sistema eleitoral brasileiro, que está mais do que provado que é uma referência internacional. Isso é o que se chama de tentativa de enfraquecer essas instituições. Por meio do Flávio Bolsonaro, também soltaram a falsa informação de que a empresa Smartmatic fornecia as urnas e o software eleitoral para o Brasil. Uma inverdade total. Essa

empresa nunca teve nada a ver com o sistema eleitoral brasileiro.

E quais seriam as consequências nas eleições?

Se você juntar pressão econômica, ameaça de sanções, interferência no debate sobre regulação de plataformas, condicionamento sobre as instituições brasileiras, isso se configura como uma guerra híbrida. E se o candidato deles perder a eleição, vão tentar desqualificar as instituições e alegar que pode ter havido fraude.

O que pode acontecer?

Elementos para uma grande crise política e para que pessoas, a partir da violência, possam tentar desestabilizar o Brasil, como aconteceu no 8 de Janeiro.

E o governo brasileiro diante disso?

Acreditamos que as polícias, tanto a Federal quanto as demais, devem garantir um pleito com a maior tranquilidade possível. O governo e a Justiça também têm que garantir o processo eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem que acompanhar de forma muito clara, transparente e firme, para inibir qualquer tentativa de deslegitimar o processo

eleitoral. Todas as instituições têm que estar muito atentas.

De que forma a ONU pode ajudar?

Que acompanhem esse processo com muita atenção e que concluam os países a respeitar o resultado eleitoral e a soberania nacional. Além de acompanharem os sinais de ingerência, particularmente dos EUA, no processo eleitoral brasileiro, condenando e desencorajando o uso de instrumentos econômicos, diplomáticos ou tecnológicos para interferir nas eleições. Temos que comunicar esses fatos à comunidade internacional.

O que o Brasil perde?

Pela importância que o Brasil tem no cenário internacional e mundial da democracia, terá reflexos em todo o mundo. Esse é o apelo que estamos fazendo pela ONU.

Como isso afeta a sociedade?

Se a gente permitir uma ingerência dessas em um país como o Brasil, o que será da democracia? Não vai sobrar nada. Devemos temer, sim, porque um processo eleitoral sendo questionado acaba com a soberania nacional. (Fernanda Strickland)